

Número do Acórdão:

ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 51/2018 - SEGUNDA CÂMARA

Relator:

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo:

022.410/2016-3

Tipo de processo:

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (TCE)

Data da sessão:

23/01/2018

Número da ata:

1/2018

Redator:

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Interessado / Responsável / Recorrente:

João Carlos Rodrigues (677.777.404-15)

Entidade:

Prefeitura Municipal de Senador Rui Palmeira/AL

Representante do Ministério Público:

Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

Unidade Técnica:

Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

Representante Legal:

não há.

Acórdão:

ACÓRDÃO Nº 51/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares com ressalva, dar quitação ao responsável e adotar a seguinte providência sugerida nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.410/2016-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: João Carlos Rodrigues (677.777.404-15)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Senador Rui Palmeira/AL

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL) .

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Dar ciência à Fundação Nacional de Saúde de que, no caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento integral do débito imputado, após o encaminhamento da tomada de contas especial ao Tribunal de Contas da União, a falta da apreciação tempestiva da prestação de contas ou da verificação da adequação do valor recolhido, e da pronta comunicação do resultado a este Tribunal, conforme verificado no Termo de Compromisso TC/PAC 92/2011 (Siafi 669331) , celebrado com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) , contraria o disposto nos artigos 64 e 71 da Portaria Interministerial MP/MF/MTFCG 424, de 30 de dezembro de 2016 (correspondentes aos artigos 76 e 84 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507, de 24/11/2011, vigente à época do fato) .